



RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO Nº 0002159-79.2013.8.14.0943  
RELATOR: DESEMBARGADOR RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES  
RECORRENTE: A JUSTIÇA PÚBLICA  
RECORRIDA: KEILA DA SILVA MORAES  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLÁUDIO BEZERRA DE MELO

**EMENTA**

RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO – CRIME DO ART. 54 DA LEI Nº 9.605/1998 – INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A DECISÃO QUE REJEITOU A DENÚNCIA – PROCEDÊNCIA – POLUIÇÃO SONORA – FATO QUE SE ADEQUA AO TIPO PENAL DO ART.54, CAPUT, DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS – PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL – PROVA PERICIAL QUE DEMONSTRA A MATERIALIDADE DO DELITO – INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA – ACOLHIMENTO – EXORDIAL QUE NARROU TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O uso de equipamentos sonoros em níveis superiores ao permitido pela legislação e com potencial de causar danos à saúde humana, caracterizando poluição ambiental, se amolda ao tipo penal do art. 54, caput, da Lei nº 9.605/1998. Precedente do STJ.
2. Há justa causa para a propositura da ação penal, uma vez que ficou constatado, por meio de perícia, que a recorrida estava operando equipamento de som em desacordo com a legislação e esta conduta poderia resultar em danos à saúde humana.
3. A denúncia narrou todos os detalhes do fato criminoso, motivo pelo qual não pode ser considerada inepta.
4. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

**A C Ó R D Ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Turma de Direito Penal, por unanimidade, em conhecer e prover o recurso para receber a denúncia, tudo na conformidade do voto do relator. Julgamento presidido pelo Desembargador RONALDO MARQUES VALLE.

Belém, 19 de setembro de 2017.

DES. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES  
Relator

**R E L A T Ó R I O**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, inconformado com a decisão que rejeitou a denúncia oferecida em desfavor do recorrida KEILA DA SILVA MORAIS, que imputava-lhe a prática do crime previsto no art. 54, caput, da Lei nº 9.605/1998, interpôs o presente RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO, objetivando a sua reforma.

Aduz o recorrente que a exordial acusatória narrou todas as circunstâncias do delito, assim como o fato de causar poluição sonora pode configurar o crime do art. 54, caput, da Lei nº 9.605/1998.



Por isso, pediu o provimento do recurso a fim de que o processo retome seu curso normal.

Em contrarrazões, o recorrido alega que a vestibular acusatória não esclareceu no que consistiu a conduta da recorrida nem como esta poderia afetar a saúde humana, assim como não há justa causa para a propositura da ação penal e o fato de causar poluição sonora não se enquadra no tipo penal do art. 54 da Lei nº 9.605/1998, motivos pelos quais defende o improvimento do recurso.

Nesta Superior Instância, o Custos legis opia pelo conhecimento e provimento do recurso.

Sem revisão.

É o relatório.

#### VOTO

Estando preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

#### DOS FATOS

Consta dos autos, que no dia 15/04/2013, na Cidade de Ananindeua, a recorrida estava escutando música em sua residência quando foi surpreendida por policiais civis lotados na Divisão Especializada em Meio Ambiente, que constataram que a mesma estava se utilizando de um aparelho de som, tipo caixa acústica amplificada, com pressão sonora acima do limite previsto em lei, motivo pelo qual, inicialmente, foi denunciada pelo crime do art. 54, §1º, da Lei nº 9.605/1998 (crime de poluição ambiental na modalidade culposa). Ocorre que, o Representante do Ministério Público aditou a exordial acusatória, imputando à recorrida o crime do art. 54, caput, da Lei nº 9.605/98.

Ao se manifestar sobre o aditamento, o juízo a quo chamou a ordem o processo e rejeitou a denúncia pelos seguintes motivos: a) a vestibular acusatória não esclareceu no que consistiu a conduta da recorrida nem como esta poderia afetar a saúde humana; b) não há justa causa para a propositura da ação penal; c) a poluição sonora não se enquadra no tipo penal do caput do art. 54 da Lei nº 9.605/1998.

Eis a summa dos fatos.

DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E DA ADEQUAÇÃO DA CONDUTA DE PRATICAR ATO DE POLUIÇÃO SONORA AO TIPO PENAL DO ART.54 DA LEI Nº 9.605/1998

Aduz o recorrente que o fato de provocar poluição sonora se enquadra no tipo penal do art. 54, caput, da Lei nº 9.605/1998.

Com efeito, estabelece preceitua o citado dispositivo:

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou destruição significativa da flora:

Pena – reclusão, de um a quatro anos e multa.

No caso em apreço, há nos autos prova pericial (fls.13) indicando que, no dia do fato, o equipamento sonoro pertencente à recorrida e que estava na sua residência, estava sendo utilizado com intensidade sonora em nível prejudicial à saúde de acordo com que prevê a norma da ABNT NBR 10.151 e a Resolução do



Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 01/1990. Portanto, há justa causa para a propositura da ação penal.

Então, como o uso de equipamentos de som com volume superior ao previsto nas normas ambientais pode causar prejuízos à saúde, está caracterizada a poluição ambiental, se adequando ao tipo penal do art. 54 da Lei nº 9.605/1998.

Nesse sentido, orienta o Colendo STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. LEI N. 9.605/1998. CRIME AMBIENTAL. HABEAS CORPUS. PESSOA JURÍDICA. POLUIÇÃO SONORA. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL. OCORRÊNCIA. ANÁLISE SOBRE A MATERIALIDADE DO DELITO QUE NÃO PODE SER FEITA NA VIA ELEITA. EM PRINCÍPIO, CONDUTA TÍPICA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA PELA DENÚNCIA. CASSAÇÃO DO ACÓRDÃO A QUO.

1. A emissão de som, quando em desacordo com os padrões estabelecidos, provocará a degradação da qualidade ambiental.
2. A conduta narrada na denúncia mostra-se plenamente adequada à descrição típica constante no art. 54, caput, e § 2º, I, da Lei n. 9.605/1998, c/c o art. 3º, III, da Lei n. 6.938/1981, pois descreve a emissão pela pessoa jurídica de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela NBR 10.151, causando, por conseguinte, prejuízos à saúde humana, consoante preconiza a Resolução do Conama n. 01/1990.
3. A violação de preceitos, dispositivos ou princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.
4. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.
5. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1442333/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 27/06/2016)

Por isso, desacolho o argumento.  
DA INÉPCIA DA DENÚNCIA

Por fim, diz o recorrente que a denúncia narrou todas as circunstâncias em que o delito ocorreu.

A exordial acusatória foi lavrada com os seguintes termos:

Noticiam os inclusos autos de termo circunstanciado de ocorrência que, no dia 15 de abril de 2013, por volta de 18:10 horas, a ora denunciada encontrava-se no imóvel residencial, de sua responsabilidade, localizado na Rua Coronel Magela, nº 58, bairro Icuí-Guajará, nesta Cidade, ocasião em que foi surpreendida pela Divisão Especializada em Meio Ambiente operando o equipamento sonoro do tipo caixa de som amplificada com pressão sonora acima dos limites estabelecidos por lei.

A perícia realizada, na data supra, por ocasião da fiscalização feita pela Divisão Especializada em Meio Ambiente, constatou que a caixa de som amplificada operada pela denunciada estava a 71,1 dB, pelo que foi lavrado o TCO em referência.

Como se vê, a denúncia esclareceu todos os detalhes do crime, motivo pelo qual não pode ser considerada inepta.

Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso, a fim de receber a denúncia, nos termos da fundamentação.

É como voto.

Belém, 19 de setembro de 2017.

Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES  
Relator